KAMILE MEDEIROS DO VALLE

**O CONTROLE DE RESULTADOS EXERCIDO PELO TCU NO
FOMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Floriano de Azevedo Marques Neto

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP

2020

KAMILE MEDEIROS DO VALLE

**O CONTROLE DE RESULTADOS EXERCIDO PELO TCU NO
FOMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob orientação do Professor Titular Dr. Floriano de Azevedo Marques Neto.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Valle, Kamile Medeiros do

O controle de resultados exercido pelo TCU no fomento às Organizações da Sociedade Civil ; Kamile Medeiros do Valle ; orientador Floriano de Azevedo Marques Neto -- São Paulo, 2020.

145 p

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Fomento. 2. Tribunal de Contas da União. 3. Controle. I. Marques Neto, Floriano de Azevedo, orient. II. Título.

São Paulo

2020

Nome: VALLE, Kamile Medeiros do.

Título: O controle de resultados exercido pelo TCU no fomento às Organizações da Sociedade Civil

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Estado.

Orientador: Prof. Titular Dr. Floriano de Azevedo Marques Neto.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Para mim, a elaboração deste elemento textual não é opcional. Desde o início, quando inspirados escolhemos tentar a aprovação no programa de Pós-Graduação, até o final, quando exaustos buscamos acalento e força para finalizar o texto, tantas são as pessoas que nos apoiam, que estas não podem deixar de ser mencionadas com gratidão nas páginas da dissertação.

Aos meus pais, Celismar e Kássia, e ao meu irmão Murilo, agradeço enormemente pelos incansáveis incentivos e elogios. A torcida de vocês é, mesmo de longe, a mais verdadeira.

À Maysa Verzola, agradeço não apenas por abrir os caminhos para o meu crescimento profissional em São Paulo, mas também pela generosidade em compartilhar seu conhecimento e pela disposição em ajudar em todos os momentos.

À querida amiga Clarice Megale, agradeço pelos conselhos diários e por ser uma grande entusiasta mesmo diante das minhas pequenas conquistas.

À Raquel Guimarães, agradeço pelas importantes discussões sobre os temas da dissertação e pela revisão textual.

Aos demais amigos, meus sinceros agradecimentos pelo apoio e compreensão.

Ao meu orientador, Professor Floriano de Azevedo Marques Neto, agradeço pelas assertivas ponderações e por permitir minha participação em parte de sua carreira acadêmica, como orientanda, e profissional, como advogada na Manesco, Ramires, Perez e Azevedo Marques Sociedade de Advogados.

Aos integrantes da banca de qualificação, Professores Marcos Perez e Gustavo Justino de Oliveira, e ao Professor Rodrigo Pagani, agradeço pelas relevantes contribuições acadêmicas e por terem sido os responsáveis pelo despertar do meu interesse nos temas hoje desenvolvidos neste trabalho.

Obrigada a todos.

RESUMO

VALLE, Kamile Medeiros do. *O controle de resultados exercido pelo TCU no fomento às Organizações da Sociedade Civil*. 2020. 145p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O trabalho envolve o estudo do controle exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o fomento às Organizações da Sociedade Civil (OSCs), cuja característica principal é a ausência de fins lucrativos. O tema foi tratado a partir da promulgação da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto nº 8.726/2016, os quais normatizaram a priorização do controle de resultados em detrimento do controle formal da prestação de contas das parcerias. A apresentação do contexto de desenvolvimento das discussões legislativas que culminaram nas normas foi importante para a compreensão da visão do legislador sobre a relevância da efetividade e eficiência da parceria a ser aferida pelo controle de resultados sobre as relações público-privadas com as entidades sem fins lucrativos. É demonstrado que, no período analisado, a Corte de Contas posiciona-se contrariamente à subsidiariedade da análise financeira em suas fiscalizações e julgamentos de contas das parcerias, explicitando a visão de que a “boa e regular prestação de contas” dependeria da conformação entre receitas e despesas. Contudo, defende-se que as deficiências do controle não devem ser atribuídas tão somente à ausência de deferência do TCU aos ditames legais, mas também às diversas contradições do marco regulatório e das falhas de planejamento de políticas públicas. Assim, a dissertação sustenta que o controle de resultados não deve ensejar a avocação de competências dos gestores públicos pelos controladores, pois a Administração Pública possui legitimidade para elaboração e desenvolvimento das políticas fomentadoras às OSCs. Entretanto, a avaliação de resultados pelo controlador, além de favorecer a manutenção de políticas e programas que efetivamente resultem em benefícios ao público-alvo, mitiga as desconfiças em relação às OSCs, as quais devem ser reconhecidas como entidades autônomas e capacitadas para a gestão financeira e administrativa do instrumento formalizado com o Poder Público.

Palavras-chave: Fomento. Organizações da Sociedade Civil. Controle de resultados. TCU.

ABSTRACT

VALLE, Kamile Medeiros do. *The monitoring of results performed by the Federal Court of Accounts over promotional policies to Civil Society Organizations*. 2020. 145p. Thesis (Master Program in Public Law) – School of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The thesis studies the monitoring performed by the Federal Court of Accounts over promotional policies to Civil Society Organizations (CSOs), whose main feature is to be non-profit organizations. The topic was approached considering Law n. 13.019/2014 and Decree n. 8.726/2016, which created a legal standard to prioritize monitoring of results as opposed to monitoring of form when analyzing accounts of State partnerships. Presenting the context in which lawmakers discussed and developed the aforementioned acts was important to understand how lawmakers see the relevance of effectiveness and efficiency of partnerships to be assessed by the monitoring of results over public-private partnerships with non-profit organizations. It was shown that, over the analyzed period, the Court of Accounts opposes having financial analyses in its oversight and judgment of partnership accounts as a subsidiary tool, revealing the view that “proper and due accounting” would depend upon the conformity of public revenues and expenditures. However, it is defended that the deficiencies of monitoring should not be attributed solely to the lack of adherence by the Court of Accounts to legal standards, but also to the several contradictions of the regulatory framework and the failures in planning public policies. As such, the thesis argues that the monitoring of results should not result in comptrollers taking over the jurisdiction of public administrators, since the Public Administration is a legitimate actor to create and develop policies to foster CSOs. Nevertheless, the assessment of results by comptrollers – besides favoring the maintenance of policies and programs that effectively result in benefits to target groups – is also a factor that mitigates suspicion over CSOs, which must be recognized as autonomous entities, capable of financial and administrative management of the instruments signed with the State.

Keywords: Promotional policies. Civil Society Organizations. Monitoring of results. Federal Court of Accounts.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Camp	Centro de Assessoria Multiprofissional
CEBAS	Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CGU	Controladoria Geral da União
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Confea	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DN	Decisão Normativa
EC	Emenda Constitucional
EPE	Empresa de Pequeno Porte
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNC	Fundo Nacional da Cultura
FOC	Fiscalização de Orientação Centralizada (fiscalização no âmbito do TCU)
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICNL	<i>The International Center for Not-for-Profit Law</i>
IN	Instrução Normativa
INTOSAI	<i>International Organisation of Supreme Audit Institutions</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPGP	Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Públicas
ISSAI	Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018)
MCT	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (sigla anterior do MCTIC)
ME	Microempresa

MF	Ministério da Fazenda
MinC	Ministério da Cultura
MP	Ministério do Planejamento (sigla anterior do MPOG)
MPC	Ministério Público de Contas
MPOG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTur	Ministério do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
OS	Organização Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCI	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PMI	Procedimento de Manifestação de Interesse
PMIS	Procedimento de Manifestação de Interesse Social
PUC	Universidade Pontifícia Católica
Proadi	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional de Saúde
Pronac	Programa Nacional de Apoio à Cultura
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RITCU	Regimento Interno do TCU
ROP	<i>Rules of Procedure</i> (México)
SecexEducação	Secretaria de Controle Externo da Educação (TCU)
SEMEC	Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (TCU)
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCE	Tomada de Contas Especial (procedimento fiscalizatório do TCU)
TCU	Tribunal de Contas da União
UPF	Utilidade Pública Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
a. Importância do tema e objeto de estudo.....	17
b. Estrutura do trabalho	21
CAPÍTULO 1. O FOMENTO ESTATAL ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	23
1.1. Conceito e características do fomento	23
1.1.1 Previsão constitucional dos objetos de fomento.....	31
1.2. O fomento às Organizações da Sociedade Civil.....	32
1.2.1. Entes da Administração Pública fomentadora.....	38
1.2.2. Instrumentos do fomento	41
CAPÍTULO 2. O CONTROLE DOS TERMOS DE FOMENTO E DE COLABORAÇÃO NA LEI Nº 13.019/2014	47
2.1. A relevância da atuação das Organizações da Sociedade Civil	47
2.2. Ambiente político brasileiro para a construção da Lei nº 13.019/2014.....	53
2.2.1. Entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8.726/2016	61
2.2.1.1. Termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação	63
2.2.1.2. A prestação de contas nas parcerias	66
2.2.1.2.1. Elementos do plano de trabalho	66
2.2.1.2.2. Relatórios de execução do objeto e de execução financeira.....	67
2.2.1.2.3. Aprovação da prestação de contas.....	69
2.2.1.2.4. Relatório de monitoramento e avaliação da parceria	70
CAPÍTULO 3. O CONTROLE DE RESULTADOS DO FOMENTO: O PONTO DE VISTA DO TCU	73
3.1. Controle de resultados: a caminho da eficiência administrativa	73
3.1.1. O planejamento como requisito essencial	77
3.1.2. Previsões normativas no ordenamento jurídico brasileiro.....	80

3.1.3. Sistematização do controle na Lei nº 13.019/2014.....	83
3.2. O controle de resultados no âmbito do TCU	87
3.2.1 Procedimentos para o exercício do controle de resultados	88
3.2.2. Limites na atuação do TCU	95
3.3. Termos de fomento e de colaboração: o que mudou?	98
3.3.1. Aplicação das normas	100
3.3.2. Planejamento e requisitos dos instrumentos	102
3.3.3. Nexo de causalidade entre execução financeira e execução de objeto	106
3.3.4. Aferição de resultados	116
3.4. Conclusão parcial: a prevalência do controle formal	118
CONCLUSÕES.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
APÊNDICE A	135
a. Acórdãos do TCU analisados	135
b. Acórdãos do TCU descartados: ausência de relação com o objeto de estudo.....	142

INTRODUÇÃO

a. Importância do tema e objeto de estudo

Uma das transformações que o Direito Administrativo brasileiro enfrenta – sendo estudada a contento por diversos juristas¹ – é o aumento da atuação administrativa consensual, também denominada concertada, acordada, participativa, isto é, menos impositiva aos administrados, os quais são reconhecidos como agentes relevantes em suas relações com a Administração Pública. A horizontalidade nas relações público-privadas contribui para o aumento da legitimidade e eficácia das decisões administrativas, vez que permite a participação ativa da sociedade civil interessada, a qual é integrada dinamicamente na formação de decisões administrativas.

Em sentido amplo, o consensualismo pode ser visto em toda a atuação da Administração Pública, seja nos contratos ou nas áreas normalmente alcançadas pela coerção, como a regulação e a atividade sancionatória. A participação popular por meio das consultas e audiências públicas, os procedimentos de manifestação de interesse e os termos de ajustamento de conduta são exemplos de incentivos à concertação administrativa.

Nesse cenário, mitiga-se a relação intrínseca entre prerrogativas públicas e atuação administrativa. Juliana Palma analisa que, ao contrário de impor decisões com base no uso indistinto de prerrogativas públicas, característica da atuação imperativa², a atuação administrativa consensual, na qual as prerrogativas são negociadas entre as partes, incentiva a participação popular nas deliberações públicas e pode torná-las mais eficientes³. Gustavo

¹ OLIVEIRA, Gustavo Justino de; SCHWANKA, Cristiane. A Administração Consensual como a nova face da administração pública no séc. XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 104, pp. 303 – 322, jan. /dez. 2009; OLIVEIRA, Gustavo Justino de. *Contrato de gestão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 37; PALMA, Juliana Bonacorsi de. *Sanção e acordo na Administração Pública*. São Paulo: Malheiros, 2015. pp. 26-27; MEDAUAR, Odete. *O direito administrativo em evolução*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2003. p. 211; MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Novos institutos consensuais da ação administrativa. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 231, pp. 129-156, jan. 2003; SUNDFELD, Carlos Ari. *Direito administrativo para céticos*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014. pp. 147-152; MENEZES, Fernando Dias. *Contrato Administrativo*. São Paulo: Quartier Latin, 2012. p. 238; MIRAGAYA, Rodrigo Bracet. *Os meios de conformação das relações jurídicas no direito administrativo: entre atos unilaterais e contratos*. 2016. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

² PALMA, Juliana Bonacorsi de, op. cit., p. 73.

³ Ibid., p. 112. No mesmo sentido: BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Transações Administrativas*. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p. 555; CARNAES, Mariana. *Compromisso de ajustamento de conduta e eficiência administrativa*. São Paulo: Lumen Iuris, 2016. pp. 172-173.

Justino defende a existência de um consensualismo em sentido estrito, representado por uma nova categoria jurídica de atuação da Administração, a qual seria caracterizada pela ausência de unilateralidade e autoritarismo e muitas vezes preferencial à atuação pela via impositiva: os acordos administrativos⁴.

O mesmo cenário político que potencializa a relação paritária entre as partes, contribui para o crescimento exponencial da oferta de obrigações eficientes. Assim, passa-se a exigir qualidade nos serviços prestados pelos entes públicos, e, conseqüentemente, aumenta-se a preocupação com a elaboração de políticas públicas voltadas a resultados eficazes⁵.

A introdução de módulos consensuais na gestão pública, contudo, não exclui a manutenção da via impositiva, fundamentada na verticalidade e no exercício do poder sancionador do Estado.

O passo seguinte ao reconhecimento do modelo consensual é analisar os métodos utilizados pela Administração Pública para praticá-lo. O que se pretende neste texto é desenvolver uma das vertentes desta atuação, qual seja, o fomento.

Para tanto, foi analisada a modalidade de fomento voltada às entidades sem fins lucrativos, tomando por base a promulgação da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto nº 8.726/2016, os quais, em conjunto, foram denominados marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Uma vez que as parcerias com as entidades privadas sem fins lucrativos continuaram fragilizadas mesmo após a promulgação de leis que tentaram reformular o arcabouço legal, como a Lei das Organizações Sociais (OSs) em 1998 e a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) em 1999, a promulgação das normas sobre as OSCs objetivaram não apenas o fortalecimento de tais parcerias, reconhecendo as entidades como autônomas e responsáveis, mas também a redução de controles formais da prestação de contas, os quais não aferem os resultados atingidos com a colaboração público-privada.

⁴ OLIVEIRA, Gustavo Justino de. *Contrato de gestão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. pp. 32 e 262-264; _____. SCHWANKA, Cristiane. A Administração Consensual como a nova face da administração pública no séc. XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 104, pp. 303 – 322, jan. /dez. 2009. p. 310.

⁵ MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Novos institutos consensuais da ação administrativa. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 231, pp. 129-156, jan. 2003. p. 141.

Nesse sentido, há grande incentivo para que o Poder Público constate a relevância da colaboração da sociedade civil na execução de atividades de interesse público, na qual usufrui da *expertise* dos grupos componente dessas entidades, os quais, em contato direto com os anseios sociais, contribuem para o direcionamento eficiente de recursos públicos para os setores vulneráveis da sociedade e para a emancipação da sociedade civil participativa.

Embora a sistematização legal não seja a única solução para os problemas enfrentados atualmente pelas OSCs, o marco regulatório foi relevante para solidificar os elementos necessários ao fomento, e propiciar maior segurança jurídica aos instrumentos decorrentes dessa relação, independentemente de sua nomenclatura⁶. Assim, fato é que os termos de fomento e de colaboração estão em vigência e devem ser estudados para que seu uso seja aprimorado.

A discussão de aperfeiçoamento dessa modalidade de fomento passa necessariamente pela atuação dos órgãos de controle, interno e externo, pois os gestores públicos, amedrontados com a sombra da improbidade administrativa e da responsabilização pessoal por malversação de recursos, são desmotivados a firmar parcerias com as entidades sem fins lucrativos. Portanto, é imprescindível que os controladores estejam conscientes de seu papel de deferência à discricionariedade do agente público⁷.

Assim, embora o objetivo do controle das parcerias seja a fiscalização adequada da aplicação de recursos públicos, também abarca o exame das metas definidas pelos gestores em colaboração com as entidades parceiras. Tal constatação demonstra a importância de um

⁶ Eduardo Pannunzio critica o uso de outras nomenclaturas, como termo, ao invés do aperfeiçoamento de convênios ou termos de parceria (OSCIps). (PANNUNZIO, Eduardo. *Por que complicar?* Huffpost, 2014. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/eduardo-pannunzio/por-que-complicar_a_21667893/>. Acesso em 08 jan. 2020). Fernando Menezes, por sua vez, assim dispõe: “Por outro lado, quando se quer fugir a maiores discussões técnicas, recorre-se à palavra *acordo*, de sentido mais abrangente - e, portanto, mais vago - no vernáculo, mas que não possui base legislativa clara. Ou ainda se vale da criação de novas expressões - como se as palavras pudessem mudar a substância das coisas -, tais como *termo*, ou *instrumento*, de *cooperação*, ou de *colaboração*, ou de algo semelhante. Nesse caso, como que fugindo do problema da identificação material da substância da coisa designada, atenta-se para seu aspecto de forma, vez que *termo*, ou *instrumento*, são expressões que na linguagem jurídica brasileira referem-se ao suporte físico, no caso do texto, da norma jurídica individual gerada pelo acordo de vontades.” (MENEZES, Fernando Dias. *Contrato Administrativo*. São Paulo: Quartier Latin, 2012. pp. 199-200).

⁷ MARQUES NETO, Floriano. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. In: MODESTO, Paulo (Coord.). *Nova organização administrativa brasileira*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, pp. 199-238. p. 230.

controle voltado aos resultados, o qual busca afastar a Administração Pública da burocracia excessiva e que paralisa o alcance da eficiência administrativa.

Nesse contexto, o marco regulatório sistematiza o controle de resultados, por meio da prescrição da subsidiariedade na análise dos relatórios financeiros, e se afasta das relações autoritárias ao desenvolver ações compensatórias de interesse público, as quais permitem a execução de um novo plano de trabalho pela OSC, em caso de prestação de contas avaliada como irregular, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

A consequência almejada, contudo, não é o aumento do controle⁸, mas a transformação da visão dos controladores em relação às parcerias e às próprias entidades parceiras, os quais podem incentivar o desenvolvimento de políticas públicas mais bem planejadas e eficientes e de relações público-privadas transparentes e estabelecidas com segurança jurídica.

Em se tratando de normas recentes no ordenamento jurídico, analisar sua interpretação pelo Tribunal de Contas da União (TCU) se mostra relevante, pois, como Corte de Contas Federal, seu entendimento é difundido pelos demais órgãos de controle, e, conseqüentemente, influencia a atuação dos gestores públicos. Cumpre, portanto, verificar como (e se) a Corte de Contas vem absorvendo as novidades trazidas pelo marco regulatório em relação ao exercício do controle sobre as parcerias.

Portanto, conferir tratamento jurídico de função administrativa de fomento às parcerias firmadas com as entidades sem fins lucrativos, analisá-las sob a égide do controle de resultados e confrontar a visão do TCU sobre a questão, são os focos da pesquisa. Nesse cenário, busca-se contribuir para que os mecanismos do marco regulatório sejam aperfeiçoados nos próximos anos e para que os recursos públicos sejam eficientemente aproveitados em colaboração com a sociedade civil ativa no contexto da Administração Pública consensual.

⁸ MARQUES NETO, Floriano. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. In: MODESTO, Paulo (Coord.). *Nova organização administrativa brasileira*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 209.

b. Estrutura do trabalho

O trabalho desenvolve os temas acima explicitados em três capítulos: *(i)* atividade administrativa de fomento às OSCs; *(ii)* o controle dos termos de fomento e de colaboração na Lei nº 13.019/2014 e *(iii)* o controle de resultados do fomento: o ponto de vista do TCU.

O primeiro capítulo conceitua o fomento, apresentando as peculiaridades da função administrativa quando os sujeitos passivos são as OSCs, definidas na Lei nº 13.019/2014 e cuja característica principal é a não perquirição por lucro em suas atividades. Além disso, analisa os objetos do fomento e os instrumentos disponíveis para sua execução previstos no marco regulatório.

O segundo capítulo apresenta os setores de atuação das OSCs no Brasil e sua importância na consecução de interesses públicos em colaboração com o Poder Público. Também discorre sobre a evolução das normas aplicáveis às parcerias até a entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, e do Decreto nº 8.726/2016, priorizando as modificações previstas no planejamento dos planos de trabalho, controle e prestação de contas das parcerias. Por fim, elenca as características dos instrumentos criados pela Lei, quais sejam, termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação.

O terceiro capítulo enfrenta, por fim, o controle de resultados do fomento na visão do TCU. Inicialmente conceitua-se o controle voltado aos resultados, pontuando as previsões normativas no ordenamento jurídico brasileiro que auxiliam sua compreensão e confrontando-o com o controle formal da prestação de contas. Em seguida, são apontados os regramentos do TCU que respaldam sua correta implementação.

Os últimos tópicos do capítulo são voltados a analisar a jurisprudência do TCU sobre o marco regulatório e a modalidade de controle escolhida pelo legislador para a fiscalização das contas das parcerias. Nesse aspecto, é apresentada a pesquisa de julgados do TCU realizada para aferir se a Corte de Contas estaria obedecendo aos ditames legais e priorizando o controle finalístico em detrimento da fiscalização formal de contas.

Os julgados examinados são datados entre janeiro de 2016, data de entrada em vigor do marco regulatório das OSCs no território nacional, e agosto de 2019, período de finalização das pesquisas para a dissertação. Ademais, foi feita uma triagem qualitativa dos julgados, pois muitos apenas mencionavam a existência das novas normas, sem, contudo,

analisá-las a contento. De todo modo, todos os julgados encontrados na pesquisa foram listados no Apêndice A.

CONCLUSÕES

O objetivo da dissertação foi examinar a visão do TCU sobre o controle voltado aos resultados no fomento às OSCs por meio da análise de julgados da Corte de Contas datados de janeiro de 2016, início da vigência da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto nº 8.726/2016, em conjunto denominados marco regulatório, a agosto de 2019. Para tanto, e considerando as peculiaridades normativas sobre o controle dispostas nas normas estudadas, foi necessário mapear, além do tema da função administrativa do fomento, o desenvolvimento das discussões legislativas e no âmbito do próprio TCU acerca do controle das relações público-privadas com as entidades sem fins lucrativos.

Nesse cenário, buscou-se apresentar elementos que possibilitassem compreender a importância do controle de resultados no fomento às OSCs e verificar se o TCU teria deferido aos ditames legais de priorização da verificação da eficiência na fiscalização e julgamento de contas da parceria em detrimento do controle formal.

No primeiro capítulo, concluiu-se que o fomento à sociedade civil organizada sem fins lucrativos, com o advento do marco regulatório, passou a ter como sujeito passivo as denominadas OSCs. Nos termos da Lei, tais organizações não abarcam as OSs e OSCIPs, mas envolvem também as sociedades cooperativas sociais e outras ligadas a atividades relacionadas à vulnerabilidade pessoal ou social, envolvendo ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda, trabalhadores rurais e execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social e as organizações religiosas que se dediquem a fins distintos daqueles exclusivamente religiosos.

A partir da instituição de normas gerais sobre o fomento às OSCs, as parcerias firmadas entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, em regime de mútua cooperação, ganham relevância e se tornam mais seguras para as partes envolvidas. Nesse contexto, as normas sobre o controle, tendo como foco a aferição de resultados e metas pactuados, favorecem a confiança nas relações e reconhecem a autonomia da sociedade civil, conformando-se à democracia participativa.

Considerando as características gerais da função administrativa de fomento, as parcerias são pautadas pela ausência de coercibilidade ao particular, isto é, o Poder Público pode tanto incentivá-lo a desenvolver políticas focadas em interesses públicos por meio de chamamento público de sua iniciativa, como pode, ele próprio, desenvolver a política e

apresentá-la aos interessados, incentivando-os a aderir-la. Desse modo, ao final serão elaborados planos de trabalho, podendo vir a ser firmados os termos de fomento e de colaboração ou os acordos de cooperação.

O desenvolvimento autônomo de políticas públicas relacionadas às áreas de interesse e *expertise* das OSCs, o qual pode resultar na formalização de instrumentos na modalidade termos de fomento, contribui para a emancipação da sociedade civil, permitindo que os grupos organizados sustentem perante a Administração Pública seus anseios e necessidades. Dessa maneira, é mitigada a subordinação dos grupos sociais a políticas de incentivos alinhadas exclusivamente com os interesses dos gestores públicos, que passam a dialogar e concertar suas atividades com os interesses da sociedade afetada.

O segundo capítulo contextualizou a importância da participação das OSCs como entes fomentados da Administração Pública, pois atuam em diversos setores de relevante interesse público e, por meio das parcerias, desenham e desenvolvem políticas tanto em regiões economicamente favorecidas quanto em regiões com menor capacidade de atração de investimentos públicos e privados. Em 2016, nos termos do estudo desenvolvido pelo IPEA, havia mais de oitocentas mil OSCs em atuação no Brasil, com participação notável na área de “desenvolvimento e defesa de direitos” (52%).

Ademais, foi apresentado o ambiente político no País para o desenvolvimento do marco regulatório das OSCs, a fim de demonstrar a relação direta entre a tentativa de aumento no controle das parcerias e a criminalização da atuação das entidades sem fins lucrativos após duas CPIs no Congresso Nacional. Mesmo após a promulgação da Lei das OSs e OSCIPs na década de 90, a desconfiança com o repasse de verbas ou as isenções fiscais ao Terceiro Setor e o ambiente instável se manteve, sendo necessário que em 2011 um grupo formado por integrantes de alguns Ministérios atuasse em prol do desenvolvimento de uma lei geral que objetivasse uniformizar e assegurar o cumprimento de normas – tanto pelas OSCs quanto pelos órgãos de controle - nas parcerias.

A Lei nº 13.019/2014 e sua regulamentação inovou em relação à prestação de contas nas parcerias, já que tornou facultativo o envio ao parceiro público de relatórios de execução financeira para comprovar o regular cumprimento do termo firmado, em caso de efetivo alcance das metas pactuadas no termo de colaboração ou de fomento e ausentes ilegalidades.

Note que não houve a eliminação do controle pautado nos gastos financeiros da parceria, pois mantido o controle da legalidade, mas a mitigação de um controle pautado no formalismo e na análise superficial de documentos e planilhas que representam apenas uma conferência de contas e não a efetiva fiscalização desse tipo de parceria colaborativa.

Contudo, diferentemente do previsto no início da pesquisa, as normas possuem falhas relevantes que dificultam a correta fiscalização pelos órgãos de controle. O Decreto nº 8.726/2016 contradiz a Lei em alguns pontos importantes sobre os elementos necessários para a prestação de contas, contribuindo para o questionamento, inclusive pelo TCU, da subsidiariedade da apresentação do relatório de execução financeira.

Embora a Lei nº 13.2015/2015 tenha alterado as normas que dispõem sobre o conteúdo do plano de trabalho dos termos, revogando incisos que aludiam a um controle mais formal das contas das OSCs, o Decreto termina por reproduzir o mesmo conteúdo revogado em seu artigo 25, o qual também elenca os elementos mínimos do plano de trabalho. Nesse caso, a racionalidade do Decreto retoma um modelo de prestação de contas alinhado com os controles tradicionalmente feitos pelos órgãos, focado na comparação dos valores repassados e em gastos mediante cronograma de desembolsos.

Defende-se, entretanto, que o marco regulatório é explícito sobre a necessidade de valorização do controle pautado nos resultados, de modo que a interpretação das normas deve ser condizente com o ambiente político no período, principalmente se considerados os atores da sociedade civil que apoiaram o Governo Federal e que almejavam maior autonomia na gestão interna das OSCs. Nesse sentido, a pauta do controle deve ser a eficiência na atuação das OSCs, pois os benefícios de tal contratualização perpassa exatamente o conhecimento adquirido pelo Poder Público em colaboração com as entidades privadas que já atuam em setores de relevante interesse público, mitigando eventuais falhas na construção de políticas públicas pelo gestor.

As OSCs, além de ampliarem sua área de atuação quando fomentadas, diante do aumento do espectro de alcance de indivíduos, contribuem para o desenvolvimento de planos de trabalho eficientes que tornam a atuação da Administração Pública mais assertiva em benefício da sociedade.

Sobre a prestação de contas nas parcerias, três conclusões podem ser delineadas: (i) o fomento às OSCs é uma função administrativa que deve ser pautada na confiança, vez que

as partes atuam em cooperação, (ii) as OSCs são entidades privadas com gestão interna própria e (iii) a prestação de contas e a fiscalização dos órgãos de controle não são eficazes se fundamentadas somente na causalidade entre valores repassados e gastos, sem o exercício de verificação da eficiência do objeto pactuado.

Por fim, o foco do terceiro e derradeiro capítulo foi explicitar a posição da Corte de Contas sobre as alterações normativas no controle às parcerias firmadas com as OSCs. Diante da mudança legislativa, era interessante verificar qual a visão do órgão de controle sobre seu próprio papel como ente fiscalizador.

Uma vez que, no período assinalado, o TCU não havia finalizado nenhum procedimento fiscalizatório nos termos designados pelo marco regulatório, o foco da pesquisa jurisprudencial foram as fiscalizações de instrumentos de fomento análogos, aos quais foram aplicadas por analogia as normas em comento.

Antes, contudo, concluiu-se que o controle de resultados está intimamente ligado ao planejamento, visto ser necessário definir as metas almejadas pelo Poder Público antes da formalização dos instrumentos de parceria, a fim de que, além de pautar a atuação das OSCs com maior acuracidade, efetivamente existam mensurações para o controle. Ademais, no âmbito do próprio TCU, o controle voltado aos resultados já figura como opção para algumas modalidades de fiscalização, como a auditoria operacional.

Em termos gerais, a Corte de Contas não defere às normas de julgamento de contas previstas no marco regulatório, visto que prevalece o entendimento da necessária comprovação do nexo de causalidade entre valores recebidos e gastos efetivos das OSCs, isto é, o controle formal das contas. No período analisado, o órgão se posicionou contrariamente à subsidiariedade da análise do relatório financeiro em detrimento do relatório de execução do objeto na parceria conforme previsto no artigo 66 da Lei e, mais explicitamente, nos artigos 55 e 56 do Decreto.

Ressalta-se que o enfoque no controle de resultados não objetiva o aumento das competências fiscalizatórias do TCU. Pelo contrário, busca-se delimitar os aspectos passíveis de controle por este órgão nas parcerias, evitando a avocação de competências dos gestores públicos no desenvolvimento de políticas públicas ou das competências das OSCs como entidades autônomas que pactuam com o Poder Público mantendo, contudo, sua independência para organização interna e de gestão de recursos.

Nesse caso, utilizar a racionalidade da aferição dos resultados no controle contribui para corroborar a eficácia dos termos de colaboração e de fomento, pois será possível verificar se efetivamente atingiram as metas planejadas quando da elaboração do projeto ou programa de interesse público ou outras metas igualmente relevantes para o grupo atingido pela atividade de fomento – considerando que podem ocorrer alterações econômicas, sociais e políticas durante o período pactuado para o termo, sendo necessário que haja flexibilidade financeira e de planejamento para a plena eficácia das parcerias.

A Lei nº 13.019/2014 dispõe claramente que, enquanto o plano de trabalho é o documento que explicita os objetivos da política planejada, devendo mensurar os indicadores, quantitativos ou qualitativos, da avaliação de resultados, o relatório de execução do objeto comprova o cumprimento de metas na prestação de contas, sendo ambos imprescindíveis para o controle.

Portanto, os controles estritamente formais não merecem guarida nas parcerias, pois não representam todo o espectro relevante da prestação de contas dessa atividade. A aferição da adequada aplicação de recursos públicos transferidos – ou de outros instrumentos de fomento às OSCs – embora não esteja necessariamente vinculada à verificação de notas fiscais e relatórios financeiros, depende da comprovação do alcance de benefícios sociais com a política de fomento. Caso contrário, a política está fadada ao fracasso e deve ser revista.

Por óbvio que irregularidades devem ser investigadas e punidas. O que se pretende é mitigar a ingerência dos gestores e controladores nas atividades das OSCs, reduzindo seu trabalho à obediência ao nexo causal entre receitas e despesas e não reconhecendo a amplitude das atividades de boa-fé praticadas pelas entidades em suas áreas de interesse e para as quais possuem relevante qualificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública – RAP*. v. 41. Rio de Janeiro, 2007.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Empresas Estatais: O Regime Jurídico das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista*. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

_____. *Direito dos Serviços Públicos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Transações Administrativas*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

BOCKMANN, Egon. Terceiro Setor da Administração Pública. Organizações Sociais. Contrato de gestão: Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e seus “vínculos contratuais” com o Estado. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 227, jan. /mar. 2002.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. *Nova relação de parceria das OSCs com o Estado: Fomento e Colaboração Lei 13.019, de 31 de julho de 2014 (com as alterações da Lei 13.204/2015) e Decreto 8.726/2016*. Brasília, 2016.

Disponível em:

<http://www.participa.br/articles/public/0044/8555/20160512_MROSC_Apresentac_a_o_Padrao_geral.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

_____. *Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil-MROSC: A construção da agenda no governo federal – 2011 a 2014*. LOPES, Laís de Figueirêdo; SANTOS, Bianca dos; XAVIER, Iara Rolnik (Orgs.). Brasília: Governo Federal, 2015.

Disponível em: <<http://plataformamaisbrasil.gov.br/noticias/marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-a-construcao-da-agenda-no-governo-federal-2011-a-2014>>. Acesso em 08 jan. 2020.

_____. *Lei nº 13.019*, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015. Brasília, 2014.

_____. Senado Federal. *Relatório Final da “CPI das ONGs”*. Brasília, 2010.

_____. *Lei nº 9.790*, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de

Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. *Lei nº 9.637*, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por Organizações Sociais, e dá outras providências. Brasília, 1998.

_____. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2019.

CAGGIANO, Heloisa Conrado. *Do planejamento à governança no fomento público financeiro: estudo de caso do setor automotivo*. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito da Regulação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

CARNAES, Mariana. *Compromisso de ajustamento de conduta e eficiência administrativa*. São Paulo: Lumen Iuris, 2016.

CARRIJO, César Dutra. *Análise do marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC com o modelo de coalizões de defesa*. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

_____. Mudança de paradigma na Administração Pública: o controle de resultado e o MROSC. *Revista de Direito do Terceiro Setor – RDTS*, Belo Horizonte, ano 11, n. 22, p. 49-76, jul. /dez. 2017.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. *Terceiro Setor e Estado: Legitimidade e Regulação - Por um novo marco jurídico*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GUERRA, Sérgio. *Discrecionalidade, regulação e reflexividade: uma nova teoria sobre as escolhas administrativas*. 3ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

_____. Regulação estatal sob a ótica da organização administrativa. *Revista de Direito Público da Economia*. Belo Horizonte, v. 11, n. 44, p. 229-248, out. /dez. 2013.

GUIMARÃES, Raquel Lamboglia. *O controle financeiro da atividade de fomento: o TCU e a aferição de resultados*. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL)*. 2016.

Disponível em: <<https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/operacoes-estatisticas/FP>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

INTERNATIONAL ORGANISATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS. *Norma Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores nº 3100: Orientações sobre Conceitos Centrais para Auditoria Operacional*. 2016.

Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/fiscalizacao-e-controle/auditoria/normas-internacionais-das-entidades-fiscalizadores-superiores-issai/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

_____. *Norma Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores nº 300: Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional*. 2013.

Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/fiscalizacao-e-controle/auditoria/normas-internacionais-das-entidades-fiscalizadores-superiores-issai/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

_____. *Norma Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores nº 400: Princípios Fundamentais de Auditoria de Conformidade*. 2013.

Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/fiscalizacao-e-controle/auditoria/normas-internacionais-das-entidades-fiscalizadores-superiores-issai/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

_____. *Declaração de Lima sobre Diretrizes para Preceitos de Auditoria*. 1977.

Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/declaracao-de-lima.htm>>. Acesso em 08 jan. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Mapa das Organizações da Sociedade Civil*.

Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/metodologia.html>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____. *Estatuto Jurídico das Empresas Estatais: Lei 13.303/2016 – “Lei das Estatais”*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 17ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Concessões de serviços públicos*. São Paulo: Dialética, 1997.

LIMA, Carolina Caiado. *O convênio administrativo colaborativo para transferência de recursos públicos a entidades privadas sem fins lucrativos como instrumento dos mecanismos diretos de fomento público*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOPES, Laís de Figueirêdo. *Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Escola Nacional de Administração Pública*. Brasília, 2019.

Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3845/1/MROSC%20-%20MARCO%20REGULAT%C3%93RIO%20DAS%20ORGANIZA%C3%87%C3%95ES%20DA%20SOCIEDADE%20CIVIL.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____; et al. *Fomento e Colaboração: uma nova proposta de parceria entre Estado e Organizações da Sociedade Civil*. Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013.

Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/mrosc/artigos>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

LOPEZ, Felix Garcia; ABREU, Rafael. *A participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais*. Brasília: IPEA, 2014.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1949.pdf>.

Acesso em: 08 jan. 2020.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Fomento. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Coord.). *Tratado de Direito Administrativo*. Vol. 4: Funções Administrativas do Estado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. In: MODESTO, Paulo (Coord.). *Nova organização administrativa brasileira*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, pp. 199-238.

_____. A regulação no setor de saneamento. In: CORDEIRO, Berenice de Souza (Coord.). *Lei Nacional de Saneamento Básico: Perspectivas para as políticas e a gestão dos serviços públicos*. Livro I: *Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico*. Brasília, 2009, pp. 165-191.

_____; FREITAS, Rafael Vêras de. O artigo 28 da nova LINDB: um regime jurídico para o administrador honesto. *Boletim de Notícias CONJUR*, maio/2018.

Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mai-25/opinio-lindb-regime-juridico-administrador-honesto>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

_____; PALMA, Juliana Bonacorsi de. Os sete impasses do controle da Administração Pública. In: PEREZ, Marcos Augusto. SOUZA, Rodrigo Pagani de. (Coords.). *Controle da Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2017, pp. 21-38.

_____; et al. *Reputação Institucional e o controle das Agências Reguladoras pelo Tribunal de Contas da União*. São Paulo, 2016.

_____; GAROFANO, Rafael Roque. Notas sobre o conceito de serviço público e suas configurações na atualidade. *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*, Belo Horizonte, ano 12, n. 46, p. 63-77, abr./jun. 2014.

MARRARA, Thiago. *O exercício do poder de polícia por particulares*. GenJurídico. 2018. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2018/02/08/o-exercicio-do-poder-de-policia-por-particulares/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MEDAUAR, Odete. *Controle da Administração Pública*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Direito Administrativo moderno*. 15ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. *O direito administrativo em evolução*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2003.

MELLO, Célia Cunha. *O fomento da Administração pública*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

MENDONÇA, Patrícia; FALCÃO, Domenica Silva. Novo Marco Regulatório para a realização de parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC). Inovação ou peso do passado? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 21, n. 68, jan. 2016.

MENDONÇA, José Vicente Santos de. Uma teoria do fomento público: critérios em prol de um fomento público democrático, eficiente e não-paternalista. *Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro*, v. 65, 2010.

MENEZES, Fernando Dias. *Contrato Administrativo*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

MIRAGAYA, Rodrigo Bracet. *Os meios de conformação das relações jurídicas no direito administrativo: entre atos unilaterais e contratos*. 2016. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MODESTO, Paulo. O direito administrativo do Terceiro Setor: a aplicação do direito público às entidades privadas sem fins lucrativos. In: _____; CUNHA JUNIOR, Luiz Arnaldo Pereira de. (Coord.). *Terceiro Setor e parcerias na área de saúde*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de Direito Administrativo. Parte Introductória, Parte Geral e Parte Especial*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. Novo referencial no Direito Administrativo: do controle da vontade ao do resultado: a juridicização dos resultados na Administração Pública. *Fórum Administrativo – Direito Público – FA*, Belo Horizonte, ano 6, n. 67, set. 2006.

_____. Novos institutos consensuais da ação administrativa. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 231, pp. 129-156, jan. 2003.

NESTER, Alexandre. O exercício do poder de controle nas empresas estatais. In: JUSTEN FILHO, Marçal. (Org). *Estatuto Jurídico das Empresas Estatais: Lei 13.303/2016 - “Lei das Estatais”*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NIEVA, Jocelyn; GUADAMUZ, Claudia. *Challenges and Opportunities to Promote More Enabling Legal Environments for Civil Society Organizations: A Look at Six Latin American Countries*. ICNL, 2015.

Disponível em: <<https://www.icnl.org/post/assessment-and-monitoring/challenges-and-opportunities-to-promote-more-enabling-legal-environments-for-civil-society-organizations>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

NÓBREGA, Marcos. Orçamento, eficiência e *performance budget*. In: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (Coords.). *Orçamentos Públicos e Direito Financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. *Contrato de gestão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. Gestão privada de recursos públicos para fins públicos: o modelo das OSCIP. In: _____ (Coord.). *Terceiro Setor Empresas e Estado: Novas fronteiras entre o Público e o Privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

_____; SCHWANKA, Cristiane. A Administração Consensual como a nova face da administração pública no séc. XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 104, pp. 303 – 322, jan. /dez. 2009.

ORTIZ, Gaspar Ariño. *Principios de Derecho Público Económico*. Granada: Comares & Fundación de Estudios de Regulación, 1999.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. *Sanção e acordo na Administração Pública*. São Paulo: Malheiros, 2015.

PANNUNZIO, Eduardo. *Por que complicar?* Huffpost, 2014.

Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/eduardo-pannunzio/por-que-complicar_a_21667893/>. Acesso em 08 jan. 2020.

PARADA, Ramón. Actividad administrativa de fomento. Capítulo XIV. In: _____. *Derecho Administrativo I, Parte General*. Madri, 2010.

PEREZ, Marcos Augusto. *Testes de legalidade: métodos para o amplo controle jurisdicional da discricionariedade administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

_____. Organizações Sociais do Setor de Saúde: sugestões para o aperfeiçoamento do modelo de contratação atualmente utilizado. *Revista Colunistas de Direito do Estado*, n. 61, 2016.

Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/marcos-augusto-perez/-organizacoes-sociais-do-setor-de-saude-sugestoes-para-o-aperfeicoamento-do-modelo-de-contratacao-atualmente-utilizado>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

PESTANA, Márcio. *Direito Administrativo Brasileiro*. 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

POZAS, Luis Jordana de. Ensayo de uma teoria del fomento en el derecho administrativo. *Revista de Estudios Politicos*, n. 48. Madrid, 1949.

QUIRÓS, Mario M. Responsabilização pelo controle de resultados. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C. B.; et al. (Coords.). *Responsabilização na Administração Pública: coletânea*. São Paulo: CLAD/Fundap, 2006.

ROSILHO, André Janjácomo. *Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas da União*. 2016. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. *Avaliação Legislativa no Brasil: um estudo de caso sobre as normas de controle das transferências voluntárias de recursos públicos para entidades do terceiro setor*. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SALIONE, Beatriz Camasmie Curiati. *Administração pública por resultados e os contratos de gestão com as organizações sociais: o uso do balanced scorecard como ferramenta de avaliação de desempenho*. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SAMPAIO, José Adércio Leite. As Organizações Sociais. *Revista de Direito do Estado*, nº 7. São Paulo: Renovar, jul./set., 2007.

SANTAMARÍA PASTOR, Juan Alfonso. *Principios de derecho administrativo*. 2ª ed., vol. II, Madrid, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 2000.

SCAFF, Fernando Facury. *Orçamento Republicano e Liberdade Igual: ensaio sobre direito financeiro, república e direitos fundamentais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2018.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Comentários sobre a convivência do controle de resultados e de meios nas parcerias voluntárias: uma análise a partir da Lei Federal nº 13.019/2014. *Revista de Direito do Terceiro Setor – RDTS*, Belo Horizonte, ano 8, n. 16, p. 123-135, jul./dez. 2014.

SCHIRATO, Vitor Rhein. *A noção de serviço público em regime de competição*. 2011. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCHWIND, Rafael Wallbach. *Participação estatal em empresas privadas: as "empresas público-privadas"*. 2014. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Hendrick Pinheiro da. *Transação tributária como ferramenta de política fiscal: planejamento e controle*. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

SOUZA, Rodrigo Pagani de. Em busca de uma administração pública de resultados. In: _____; PEREZ, Marcos A. (Coords.). *Controle da Administração Pública*. São Paulo: Fórum, 2017.

_____. *Controle estatal das transferências de recursos públicos para o Terceiro Setor*. 2009. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SUMMA, Hilka. Definições e estruturas. In: POLLITT, Christopher; et al. (Coords.). *Desempenho ou Legalidade? Auditoria operacional e de gestão pública em cinco países*. São Paulo: Fórum, 2008.

SUNDFELD, Carlos Ari. *Direito administrativo para céticos*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____; CÂMARA, Jacintho Arruda. Competências de controle dos tribunais de contas - possibilidades e limites. In: SUNDFELD, Carlos Ari (Org.). *Contratações Públicas e seu controle*. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____; SOUZA, Rodrigo Pagani de. As modernas parcerias públicas com o Terceiro Setor. In: SUNDFELD, Carlos Ari (Org.). *Contratações Públicas e seu controle*. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____; _____. As modernas parcerias públicas com o terceiro setor. *Revista de Direito Administrativo & Constitucional*. Belo Horizonte, ano 11, n. 43, pp. 57-89, jan./mar. 2011.

SZAZI, Eduardo; STORTO, Paula. *Investigación sobre el marco legal de las organizaciones de la sociedad civil en latinoamerica: informe del equipo del Brasil*. ICNL, 2015.

Disponível em: <<https://www.icnl.org/post/assessment-and-monitoring/challenges-and-opportunities-to-promote-more-enabling-legal-environments-for-civil-society-organizations>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

TORRES, Silvia Faber. *O princípio da subsidiariedade no direito público contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

APÊNDICE A

a. Acórdãos do TCU analisados

Acórdão	Modalidade de controle	Objeto	Aspecto analisado
Acórdão 8532/2019-Primeira Câmara, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, sessão 27/08/2019	TCE	Recurso de reconsideração interposto em face do acórdão que julgou as contas dos recorrentes irregulares em convênio.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 1925/2019-Plenário, rel. Min. Weder de Oliveira, sessão 21/08/2019	Auditoria	Avaliar, em âmbito nacional, a regularidade das despesas e outros aspectos da gestão dos conselhos de fiscalização profissional (CFP).	Aplicação da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 7551/2019-Primeira Câmara, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 13/08/2019	TCE	Avaliar irregularidades na aplicação de recursos transferidos por meio de convênio.	Nexo de causalidade entre os recursos transferidos e a execução do objeto da parceria.
Acórdão 6786/2019-Segunda Câmara, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 06/08/2019	TCE	Verificar irregularidade na execução financeira de convênio que teve por objeto a realização de evento.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 3754/2019-Primeira Câmara, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, sessão 14/05/2019	Representação	Eventuais irregularidades cometidas no âmbito do Edital de Chamamento Público para acordo de cooperação.	Aplicação da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 816/2019-Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 10/04/2019	TCE	Recurso de reconsideração interposto em face do acórdão que julgou as contas dos recorrentes irregulares, imputou-lhes débito e aplicou-lhes multa, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do convênio de cooperação destinado à implantação do Projeto “Pontão de Cultura e Meio Ambiente Tecendo o Saber” (acórdão 1957/2017).	Nexo de causalidade entre os recursos transferidos e a execução do objeto da parceria.
Acórdão 699/2019-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 27/03/2019	Representação	Exame de legalidade do repasse de recursos públicos federais oriundos da Lei 9.615/1998 a entidades incluídas no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas.	Aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 602/2019-Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 20/03/2019	Auditoria	Avaliar a legalidade da gestão dos valores financeiros transferidos a OSCIP, e demais espécies de entidades, na terceirização de ações e recursos financeiros do SUS.	Aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.

Acórdão 486/2019-Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 13/03/2019	Auditoria	Avaliar políticas de inclusão social e produtiva do Governo Federal, bem como verificar as condicionalidades da educação voltadas para o Bolsa Família e seus efeitos na empregabilidade e inclusão do jovem no mercado de trabalho em Pernambuco.	Menção à celebração de termo de fomento.
Acórdão 485/2019-Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 13/03/2019	Auditoria	Avaliar políticas de inclusão social e produtiva do Governo Federal, bem como verificar as condicionalidades da educação voltadas para o Bolsa Família e seus efeitos na empregabilidade e inclusão do jovem no mercado de trabalho na Bahia.	Menção à celebração de termo de fomento.
Acórdão 435/2019-Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 27/02/2019	Auditoria	Avaliar políticas de inclusão social e produtiva do Governo Federal, em especial às voltadas para inclusão no mercado de trabalho.	Menção à celebração de termo de fomento.
Acórdão 2981/2018-Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 12/12/2018	Representação	Verificar possíveis irregularidades relacionadas à assinatura e à gestão de termo de colaboração, tendo por objeto a aquisição de bens e serviços que promoviam ações de educação em saúde ambiental.	Planejamento e plano de trabalho.
Acórdão 2944/2018-Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 12/12/2018	Auditoria	Avaliar políticas públicas de inclusão social e produtiva do Governo Federal em Alagoas.	Menção à celebração de termo de fomento.
Acórdão 2940/2018-Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 12/12/2018	Auditoria	Avaliação de políticas públicas de inclusão social e produtiva do Governo Federal no Rio Grande do Sul.	Planejamento e plano de trabalho.
Acórdão 2887/2018-Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 05/12/2018	Auditoria	Avaliação de políticas públicas de inclusão social e produtiva do Governo Federal no Amazonas.	Apenas menção ao de termo de colaboração.
Acórdão 2707/2018-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 21/11/2018	Representação	Verificar possíveis irregularidades ocorridas no Ministério das Cidades.	Apenas menção aos termos.
Acórdão 2587/2018-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 07/11/2018	Levantamento	Avaliar o uso integrado de informações na gestão de políticas públicas, especialmente aquelas ligadas à concessão de benefícios e de recursos financeiros e verificar ocorrência de irregularidades.	Apenas menção aos termos.
Acórdão 2573/2018-Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 07/11/2018	Administrativo	Estudo técnico acerca da inclusão ou não da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como unidade prestadora de contas.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 2317/2018-Plenário, rel. Min. Weder de Oliveira, sessão 02/10/2018	Representação	Aferir a existência de irregularidades em edital de chamamento público para convocação de OSCIPs	Planejamento e plano de trabalho.

		interessadas na celebração de termo de parceria e fomento para implantação, manutenção e operacionalização de usina de destruição de resíduos orgânicos derivados.	
Acórdão 7916/2018-Segunda Câmara, rel. Min. Ana Arraes, sessão 28/08/2018	Representação	Aferir possíveis irregularidades em ajuste celebrado entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a empresa Norte Energia S.A.	Aplicação da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 6338/2018-Segunda Câmara, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 24/07/2018	TCE	Julgamento de impugnação parcial de despesas de convênio.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 6343/2018-Primeira Câmara, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 26/06/2018	TCE	Impugnação parcial das despesas relativas aos recursos transferidos a OSCIP em convênio.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 4342/2018-Segunda Câmara, rel. Min. Ana Arraes, sessão 26/05/2018	TCE	Impugnação parcial de despesas de projeto da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 4085/2018-Segunda Câmara, rel. Min. Marcos Bemquerer, sessão 22/05/2018	TCE	Impugnação de despesas relativas aos recursos repassados na modalidade fundo a fundo.	Aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 3739/2018-Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 15/05/2018	TCE	Recurso de reconsideração em face de acórdão que julgou irregulares as contas do Prefeito de Ipiacu/MG.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 952/2018-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 02/05/2018	Auditoria	Verificar a conformidade da aplicação dos recursos recebidos por meio da Lei 9.615/1998 e de convênios celebrados com o Ministério dos Esportes.	Aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 722/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 04/04/2018	TCE	Julgamento de irregularidades alegadamente ocorridas em convênio de cooperação, em regime de incentivos da Lei 8.313/91.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 692/2018-Plenário, rel. Min. Weder de Oliveira, sessão 28/03/2018	Auditoria	Avaliar a regularidade das despesas e outros aspectos da gestão de conselhos de fiscalização profissional no Mato Grosso do Sul.	Planejamento e plano de trabalho.
Acórdão 1889/2018-Segunda Câmara, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 27/03/2018	TCE	Recurso de reconsideração em face de acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente na execução de convênio.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 591/2018-Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 21/03/2018	Auditoria	Avaliar a eficácia, a eficiência e a efetividade do processo de regulação de assistência à saúde no estado do Espírito Santo com foco em internações hospitalares.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.

Acórdão 583/2018-Plenário, rel. Walton Alencar, sessão 21/03/2018	Auditoria	Aferir a prestação dos serviços que promovem a inclusão produtiva da população mais vulnerável e pobre do País.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 1989/2018-Primeira Câmara, rel. Bruno Dantas, sessão 21/03/2018	TCE	Verificar eventuais irregularidades decorrentes de impugnação parcial de despesas realizadas com recursos captados sob sistemática prevista no art. 26 da Lei 8.313/1991.	Apenas menção à celebração de termo de colaboração.
Acórdão 394/2018-Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 28/02/2018	Auditoria	Verificação da compatibilidade entre os dispêndios realizados pelas entidades participantes do ProadiSUS e o valor da isenção das contribuições sociais por elas usufruídas.	Aferição de resultados.
Acórdão 1026/2018-Primeira Câmara, rel. Min. Augusto Sherman, sessão 06/02/2018	Julgamento de contas	Embargos de declaração em face de acórdão que julgou irregulares as contas do Sebrae/AL.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 428/2018-Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 06/02/2018	Auditoria	Detectar eventuais irregularidades e desvios de recursos nas transferências do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).	Planejamento e plano de trabalho.
Acórdão 540/2018-Primeira Câmara, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 30/01/2018	Auditoria	Verificar possíveis irregularidades nas transferências voluntárias operadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 535/2018-Primeira Câmara, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 30/01/2018	TCE	Recurso de reconsideração em face de acórdão que julgou irregulares as contas do Prefeito de Imbituba/SC.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 10585/2017-Primeira Câmara, rel. Min. Walton Alencar, sessão 28/11/2017	TCE	Embargos de declaração em face de acórdão que negou provimento ao recurso de reconsideração.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 2551/2017-Plenário, rel. Min. Augusto Sherman, sessão 14/11/2017	Monitoramento	Quinta fase do Plano de Monitoramento do Siconv.	Apenas menção ao termo de fomento.
Acórdão 2433/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 01/11/2017	TCE	Apurar possíveis irregularidades na prestação de contas de termo de parceria.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 9385/2017-Segunda Câmara, rel. Min. Marcos Bemquerer, sessão 17/10/2017	TCE	Apurar possíveis irregularidades na prestação de contas de convênio.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 2294/2017-Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer, sessão 11/10/2017	TCE	Apurar possíveis irregularidades na prestação de contas de termo de parceria.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.

Acórdão 1957/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 06/09/2017	TCE	Alegada omissão no dever de prestar contas de recursos recebidos de convênio que teve por objeto a implantação do projeto “Pontão Cultura e Meio Ambiente Tecendo o Saber”.	Nexo de causalidade entre os recursos transferidos e a execução do objeto da parceria.
Acórdão 1953/2017-Plenário, rel. Min. Ana Arraes, sessão 06/09/2017	Acompanhamento	Acompanhamento de transferências voluntárias operacionalizadas pelo Siconv no RS.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 8530/2017-Primeira Câmara, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 05/09/2017	TCE	Julgar impugnação de despesas de convênio instaurada pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 1662/2017-Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 02/08/2017	Monitoramento	Verificar o cumprimento de determinação do Acórdão 494/2017-TCU-Plenário, bem como dar continuidade à identificação de riscos ligados ao Legado dos Jogos Olímpicos Rio 2016.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 1551/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 19/07/2017	Auditoria	Verificar os critérios técnicos e objetivo para julgamento das propostas das entidades que pretendiam conveniar com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 1303/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 21/06/2017	Auditoria	Verificar possíveis irregularidades no gerenciamento de serviços públicos de saúde para OSs no Rio de Janeiro.	Apenas menção ao termo de fomento.
Acórdão 5043/2017-Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 06/06/2017	TCE	Julgamento de irregularidades alegadamente ocorridas em convênio.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 1122/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 31/05/2017	Auditoria	Verificar a atuação de OSCIPs e demais entidades congêneres na terceirização de ações e recursos financeiros do SUS por estados e municípios do Rio Grande do Sul.	Planejamento e plano de trabalho.
Acórdão 1070/2017-Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 24/05/2017	Levantamento	Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Saúde referente ao biênio 2015-2016.	Apenas menção ao termo de fomento.
Acórdão 4473/2017-Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 23/05/2017	TCE	Impugnação de despesas referentes ao repasse de convênio firmado com o MTur.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 4199/2017-Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 16/05/2017	TCE	Recurso de reconsideração em face de acórdão que julgou irregulares as contas de convênio.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 916/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 10/05/2017	Representação	Verificar possíveis irregularidades na contratação direta de fundação.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.

Acórdão 3742/2017-Segunda Câmara, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 09/05/2017	TCE	Embargos de declaração opostos em face de decisão que deu provimento parcial a recurso de reconsideração.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 754/2017-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 12/04/2017	Auditoria	Verificar a regularidade da aplicação de recursos provenientes da Lei 10.264/2001.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 2863/2017-Segunda Câmara, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 28/03/2017	TCE	Julgamento de irregularidades alegadamente ocorridas em convênio.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 494/2017-Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 22/03/2017	Monitoramento	Análise dos riscos relacionados ao legado dos Jogos Olímpicos e seu plano de uso.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 232/2017-Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 15/02/2017	Representação	Averiguar irregularidades em Chamamento Público para locação de imóvel.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 3162/2016-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 07/12/2016	Auditoria	Consolidação das auditorias realizadas no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada destinada a verificar a aplicação de recursos provenientes da Lei 10.264/2001.	Aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 3153/2016-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 07/12/2016	Auditoria	Verificar irregularidade na aplicação de recursos da Lei Agnelo/Piva pela Confederação Brasileira de Ginástica.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 3151/2016-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 07/12/2016	Auditoria	Verificar irregularidade na aplicação de recursos da Lei Agnelo/Piva pela Confederação Brasileira de Atletismo.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 3150/2016-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 07/12/2016	Auditoria	Verificar irregularidade na aplicação de recursos da Lei Agnelo/Piva pela Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 13611/2016-Segunda Câmara, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 06/12/2016	TCE	Impugnação parcial de despesas pagas com recursos transferidos a entidade pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.	Nexo de causalidade entre os recursos transferidos e a execução do objeto da parceria.
Acórdão 13175/2016-Segunda Câmara, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 29/11/2016	TCE	Verificar se a realização de gastos ocorreu em desacordo com o Plano de Trabalho.	Aferição de resultados.
Acórdão 2974/2016-Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 23/11/2016	Administrativo	Projeto de Instrução Normativa que altera a IN 71/2012, que dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao TCU dos processos de TCE, e de Decisão Normativa que detalha peças e procedimentos relativos à TCE.	Nexo de causalidade entre os recursos transferidos e a execução do objeto da parceria.

Acórdão 2909/2016-Plenário, rel. Min. Ana Arraes, sessão 16/11/2016	TCE	Verificar irregularidades alegadamente ocorridas na execução de convênio.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 11413/2016-Segunda Câmara, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 18/10/2016	TCE	Verificar irregularidades alegadamente ocorridas na execução de convênio.	Aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 2598/2016-Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 11/10/2016	Acompanhamento	Acompanhamento de transferências voluntárias de recursos federais operacionalizadas pelo Siconv no RS.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 2444/2016-Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 21/09/2016	Solicitação do Congresso Nacional	Verificar a possibilidade de celebração de contratos de gestão com OSs por entes públicos na área de saúde, e da forma de contabilização dos pagamentos a título de fomento nos limites de gastos de pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.	Terceirização e contratos de gestão e menção ao termo de fomento.
Acórdão 2057/2016-Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 10/08/2016	Solicitação do Congresso Nacional	Verificar a possibilidade de celebração de contratos de gestão com OSs por entes públicos na área de saúde, e da forma de contabilização dos pagamentos a título de fomento nos limites de gastos de pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.	Terceirização e contratos de gestão e menção ao termo de fomento.
Acórdão 1950/2016-Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer, sessão 27/07/2016	Consulta	Análise das prestações de contas pendentes relativas à Lei Rouanet, atinentes ao Programa Nacional de Apoio à Cultura.	Nexo de causalidade entre os recursos transferidos e a execução do objeto da parceria.
Acórdão 8598/2016-Segunda Câmara, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 19/07/2016	TCE	Verificar irregularidades alegadamente ocorridas em parceria com OSCIP.	Aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 1723/2016-Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 06/07/2016	TCE	Verificar irregularidades em convênio celebrado entre a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e a Universidade Livre da Mata Atlântica.	Aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 1722/2016 – Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 06/07/2016	Representação	Verificar irregularidades na execução de convênio destinado à aquisição de unidade móvel de saúde.	Apenas menção aos termos.
Acórdão 1441/2016-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 08/06/2016	TCE	Incidente de Uniformização de Jurisprudência a respeito da prescrição da pretensão punitiva do TCU.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 3514/2016-Primeira Câmara, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 31/05/2016	TCE	Verificar possíveis irregularidades nas contas do Prefeito de Cruz Alta/RS.	Apenas menção aos termos.

Acórdão 468/2016-Plenário, rel. Min. Augusto Sherman, sessão 02/03/2016	Monitoramento	Monitoramento das determinações e recomendações expedidas no âmbito de auditoria que avaliou o Siconv.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 352/2016-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 24/02/2016	Auditoria	Avaliar a regularidade dos ajustes firmados pelos governos municipais com entidades privadas para a disponibilização de profissionais de saúde para atuarem em unidades públicas de saúde.	Planejamento dos instrumentos de colaboração.
Acórdão 271/2016-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 17/02/2016	TCE	Verificar irregularidades alegadamente ocorridas na execução de termo de parceria.	Apenas menção à Lei nº 13.019/2014.
Acórdão 193/2016-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 03/02/2016	Solicitação do Congresso Nacional	Verificar irregularidades alegadamente ocorridas na aplicação de verbas federais transferidas para o Município de Duque de Caxias/RJ.	Afasta aplicação subsidiária da Lei nº 13.019/2014.

b. Acórdãos do TCU descartados: ausência de relação com o objeto de estudo

Termo de colaboração
Acórdão 2039/2019–Plenário, rel. Min. Augusto Sherman, sessão 28/08/2019
Acórdão 1900/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 14/08/2019
Acórdão 1657/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 17/07/2019
Acórdão 1527/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 03/07/2019
Acórdão 1478/2019–Plenário, rel. Min. Vital Do Rêgo, sessão 26/06/2019
Acórdão 1256/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 05/06/2019
Acórdão 1232/2019–Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 29/05/2019
Acórdão 1178/2019–Plenário, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, sessão 22/05/2019
Acórdão 1083/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 15/05/2019
Acórdão 1036/2019–Plenário, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, sessão 08/05/2019
Acórdão 990/2019–Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 30/04/2019
Acórdão 955/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 30/04/2019
Acórdão 954/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 30/04/2019
Acórdão 931/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 24/04/2019
Acórdão 930/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 24/04/2019
Acórdão 899/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 16/04/2019
Acórdão 892/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 16/04/2019
Acórdão 734/2019–Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 03/04/2019
Acórdão 733/2019–Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 03/04/2019
Acórdão 722/2019–Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 27/03/2019
Acórdão 715/2019–Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 27/03/2019
Acórdão 592/2019–Plenário, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, sessão 20/03/2019
Acórdão 580/2019–Plenário, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, sessão 20/03/2019
Acórdão 424/2019–Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 27/02/2019
Acórdão 366/2019–Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 20/02/2019
Acórdão 364/2019–Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 20/02/2019
Acórdão 362/2019–Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 20/02/2019
Acórdão 213/2019–Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 06/02/2019
Acórdão 173/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymmler, sessão 06/02/2019
Acórdão 128/2019–Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 30/01/2019
Acórdão 2757/2018–Plenário, rel. Min. José Mucio Monteiro, sessão 28/11/2018

Acórdão 2751/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 28/11/2018
Acórdão 2677/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 21/11/2018
Acórdão 2446/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 24/10/2018
Acórdão 2396/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 17/10/2018
Acórdão 2355/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 10/10/2018
Acórdão 2227/2018-Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 19/09/2018
Acórdão 2206/2018-Plenário, rel. Min. Augusto Sherman, sessão 19/09/2018
Acórdão 2135/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 12/09/2018
Acórdão 1982/2018-Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 22/08/2018
Acórdão 1864/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 15/08/2018
Acórdão 1744/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 01/08/2018
Acórdão 1633/2018-Plenário, rel. Min. Ana Arraes, sessão 18/07/2018
Acórdão 1625/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 18/07/2018
Acórdão 1457/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 26/06/2018
Acórdão 1399/2018-Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 20/06/2018
Acórdão 1221/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 30/05/2018
Acórdão 1214/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 30/05/2018
Acórdão 961/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 02/05/2018
Acórdão 880/2018-Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 25/04/2018
Acórdão 825/2018-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 18/04/2018
Acórdão 414/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 07/03/2018
Acórdão 387/2018-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 28/02/2018
Acórdão 300/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 21/02/2018
Acórdão 296/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 21/02/2018
Acórdão 428/2018-Segunda Câmara, rel. Min. André de Carvalho, sessão 06/02/2018
Acórdão 27/2018-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 17/01/2018
Acórdão 2791/2017-Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 06/12/2017
Acórdão 2736/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 06/12/2017
Acórdão 2733/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 06/12/2017
Acórdão 2724/2017-Plenário, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 06/12/2017
Acórdão 2582/2017-Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 22/11/2017
Acórdão 2353/2017-Plenário, rel. Min. Ana Arraes, sessão 18/10/2017
Acórdão 2319/2017-Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 11/10/2017
Acórdão 2310/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 11/10/2017
Acórdão 2305/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 11/10/2017
Acórdão 2284/2017-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 11/10/2017
Acórdão 2014/2017-Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 13/09/2017
Acórdão 2005/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 13/09/2017
Acórdão 1831/2017-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 23/08/2017
Acórdão 1411/2017-Plenário, rel. Min. Augusto Sherman, sessão 05/07/2017
Acórdão 1083/2017-Plenário, rel. Min. André de Carvalho, sessão 24/05/2017
Acórdão 632/2017-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 05/04/2017
Acórdão 483/2017-Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 22/03/2017
Acórdão 219/2017-Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 15/02/2017
Acórdão 3074/2016-Plenário, rel. Min. Ana Arraes, sessão 30/11/2016
Acórdão 3057/2016-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 30/11/2016
Acórdão 2428/2016-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 21/09/2016
Acórdão 2278/2016-Plenário, rel. Min. Weder de Oliveira, sessão 31/08/2016
Acórdão 2109/2016-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 17/08/2016
Acórdão 1583/2016-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 22/06/2016
Acórdão 272/2016-Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 17/02/2016

Controle de resultados
Acórdão 1656/2019–Plenário, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, sessão 17/07/2019
Acórdão 1534/2019–Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 03/07/2019
Acórdão 3893/2019–Segunda Câmara, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 18/06/2019
Acórdão 1366/2019–Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer, sessão 12/06/2019
Acórdão 1234/2019–Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 29/05/2019
Acórdão 462/2019–Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 13/03/2019
Acórdão 2977/2018–Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 12/12/2018
Acórdão 2765/2018–Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 28/11/2018
Acórdão 2764/2018–Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 28/11/2018
Acórdão 2476/2018–Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer, sessão 24/10/2018
Acórdão 9536/2018–Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 02/10/2018
Acórdão 1839/2018–Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 08/08/2018
Acórdão 1584/2018–Plenário, rel. Min. Augusto Sherman, sessão 11/07/2018
Acórdão 4700/2018–Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 12/06/2018
Acórdão 4502/2018–Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 05/06/2018
Acórdão 3737/2018–Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 15/05/2018
Acórdão 683/2018–Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 28/03/2018
Acórdão 682/2018–Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 28/03/2018
Acórdão 675/2018–Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 28/03/2018
Acórdão 1508/2018–Segunda Câmara, rel. Min. Marcos Bemquerer, sessão 20/03/2018
Acórdão 513/2018–Plenário, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 14/03/2018
Acórdão 1548/2018–Primeira Câmara, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, sessão 27/02/2018
Acórdão 10330/2017–Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 06/12/2017
Acórdão 2397/2017–Plenário, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 25/10/2017
Acórdão 2127/2017–Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer, sessão 27/09/2017
Acórdão 2121/2017–Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 27/09/2017
Acórdão 9062/2017–Primeira Câmara, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 26/09/2017
Acórdão 8837/2017–Primeira Câmara, rel. Min. Benjamin Zymler, sessão 19/09/2017
Acórdão 7974/2017–Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 29/08/2017
Acórdão 1784/2017–Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 16/08/2017
Acórdão 1779/2017–Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 16/08/2017
Acórdão 1659/2017–Plenário, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, sessão 02/08/2017
Acórdão 1570/2017–Plenário, rel. Min. Augusto Sherman, sessão 19/07/2017
Acórdão 6485/2017–Segunda Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz, sessão 18/07/2017
Acórdão 1407/2017–Plenário, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, sessão 05/07/2017
Acórdão 811/2017–Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 26/04/2017
Acórdão 3235/2017–Segunda Câmara, rel. Min. André de Carvalho, sessão 11/04/2017
Acórdão 209/2017–Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 15/02/2017
Acórdão 696/2017–Primeira Câmara, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 14/02/2017
Acórdão 140/2017–Plenário, rel. Min. Augusto Sherman, sessão 01/02/2017
Acórdão 13609/2016–Segunda Câmara, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 06/12/2016
Acórdão 2523/2016–Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 05/10/2016
Acórdão 2501/2016–Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 28/09/2016
Acórdão 2187/2016–Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, sessão 24/08/2016
Acórdão 9419/2016–Segunda Câmara, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 16/08/2016
Acórdão 1644/2016–Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 29/06/2016
Acórdão 1497/2016–Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 15/06/2016
Acórdão 5937/2016–Segunda Câmara, rel. Min. Marcos Bemquerer, sessão 17/05/2016
Acórdão 1179/2016–Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer, sessão 11/05/2016
Acórdão 942/2016–Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, sessão 20/04/2016
Acórdão 920/2016–Plenário, rel. Min. Weder de Oliveira, sessão 20/04/2016
Acórdão 2467/2016–Primeira Câmara, rel. Min. Augusto Sherman, sessão 19/04/2016
Acórdão 2466/2016–Primeira Câmara, rel. Min. Augusto Sherman, sessão 19/04/2016
Acórdão 784/2016–Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 06/04/2016
Acórdão 651/2016–Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 23/03/2016
Acórdão 612/2016–Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro, sessão 16/03/2016
Acórdão 600/2016–Plenário, rel. Min. Vital do Rêgo, sessão 16/03/2016

Acórdão 564/2016-Plenário, rel. Min. Weder de Oliveira, sessão 09/03/2016
Acórdão 543/2016-Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer, sessão 09/03/2016
Acórdão 286/2016-Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro, sessão 17/02/2016
Acórdão 1444/2016-Segunda Câmara, rel. Min. Ana Arraes, sessão 16/02/2016
Acórdão 653/2016-Segunda Câmara, rel. Min. André de Carvalho, sessão 02/02/2016